

Selma Pantoja, Edvaldo A. Bergamo, Ana Cláudia da Silva (orgs.) (2015), *África contemporânea em cena. Perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Intermeios, 154 pp.

Fabrice Schurmans



Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição electrónica

URL: <http://eces.revues.org/2170>

ISSN: 1647-0737

Refêrencia eletrónica

Fabrice Schurmans, « Selma Pantoja, Edvaldo A. Bergamo, Ana Cláudia da Silva (orgs.) (2015), *África contemporânea em cena. Perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Intermeios, 154 pp. », *e-cadernos ces* [Online], 26 | 2016, colocado online no dia 15 Dezembro 2016, consultado a 11 Março 2017. URL : <http://eces.revues.org/2170>



das suas heranças coloniais e dos modelos mais discriminatórios ou mais segregacionistas gerados.

Na última parte do seu livro, FB analisa o aumento de preconceitos quanto à descendência étnica, combinados com as ações discriminatórias provocados pela expansão do nacionalismo no século XIX e XX. Os novos projetos políticos saídos da conjugação grupo étnico-nação regressavam agora à Europa e à sua variedade interna, de alguma forma camuflada ou atenuada face à imensa variedade que o processo de expansão ultramarina do continente tinha gerado e que tinha alimentado as grandes discussões, classificações e teorias de raça. Agora, no interior da Europa, dava-se a reafirmação de identidades contra os impérios territoriais que caracterizavam a Europa de Leste (Otomano, Austríaco, Russo). Tratava-se de divisões baseadas na raça (um povo), língua, religião, tudo em nome da nação.

Finalmente, e como uma excelente obra abre sempre uma série de pistas inovadoras para quem a lê e seguramente abre caminho para outras investigações, penso que este é um trabalho fundamental para a crescente comparação entre a construção moderna da diferença colonial a partir do conceito de raça e o processo de constituição do antissemitismo moderno. Como mostra FB, a estratégia eliminacionista, não está, de modo nenhum, ausente do colonialismo, como provam os vários episódios de genocídio ao longo da história deste. E, como sempre lembra António Sousa Ribeiro, é indesmentível que existem semelhanças fortes entre a construção do judeu pelo nazismo e a construção do colonizado no quadro da diferença colonial. Deste ponto de vista, tanto o colonialismo como o antissemitismo são constituintes fundamentais da modernidade europeia, pertencem ao lado sombrio da Europa branca, levando-nos ao mais profundo questionamento da grande narrativa do moderno e, sem dúvida, que também para este debate tão fundamental para a contemporaneidade o livro de FB é uma peça chave.

Margarida Calafate Ribeiro

SELMA PANTOJA, EDVALDO A. BERGAMO, ANA CLÁUDIA DA SILVA (ORGS.) (2015),
ÁFRICA CONTEMPORÂNEA EM CENA. PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES. SÃO PAULO:
INTERMEIOS, 154 PP.

A INTERDISCIPLINARIDADE E O COMPARATISMO, ENTRE DESEJOS E PRÁTICAS

Este volume tem origem num colóquio internacional organizado na Universidade de Brasília (2013), “Leituras Cruzadas: O Texto Colonial e a História em Letras. A Pós-

-Graduação e a Interdisciplinaridade em Cena”. Os organizadores relembram que a principal característica do encontro em questão foi a interdisciplinaridade, característica essa que os editores colocam no âmago da obra: “este livro pretende, em suma, fomentar o debate e fornecer subsídios atualizados para o desenvolvimento dos chamados estudos africanos na contemporaneidade, assumindo que a perspectiva inter- e multidisciplinar é a mais apropriada para compreender a diversidade do continente” (p. 11). A obra ambiciona ainda a “divulgação do conhecimento produzido sobre as realidades e culturas africanas” (p. 11).

Os três primeiros capítulos são dedicados ao sistema de ensino superior em Moçambique, Angola e a uma experiência de articulação dos saberes na Universidade de Brasília (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares). No caso de Moçambique e Angola, duas constatações sobressaem: o crescimento contínuo do número de estudantes desde a independência e a criação de instituições de ensino superior privadas, muitas vezes de menor qualidade do que as suas congêneres públicas. Neste contexto, vários desafios se colocam ao desenvolvimento/crescimento do ensino universitário em cada país, nomeadamente a necessidade de desenvolver cooperações ao nível regional. Assim, Armindo Ngunga, em “Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanidades na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique”, defende a articulação entre saberes/conhecimentos (pela criação de cursos de pós-graduação interdisciplinares), assim como a colaboração entre universidades de diferentes países (nomeadamente no desenvolvimento de projetos de investigação).

Na segunda parte da obra, “Texto colonial e pós-colonialidade”, sobressai uma evidente heterogeneidade. É certo que volumes resultantes deste tipo de evento se pautam frequentemente pela diversidade, mas espera-se, todavia, um certo grau de homogeneidade entre os vários estudos, como se verifica aliás na primeira parte, onde há algo que estabelece uma união entre os vários contributos. Porém, dificilmente se encontram pontos de convergência entre “O comparatismo literário entre os países de Língua Oficial Portuguesa: perspectivas político-culturais e reflexões comunitárias” de Benjamin Abdala Júnior, “O processo de transição para o multipartidarismo em Cabo Verde”, de Leila M. G. Leite Hernandez e “As culturas africanas na encruzilhada dos mundos”, de Selma Pantoja e Estevam Thompson.

À exceção da segunda contribuição, que foca uma questão particular e delimitada, as duas outras tendem, por vezes, para uma certa generalização. Júnior advoga a necessidade de um comparatismo alternativo ao eurocêntrico, ou seja, um comparatismo construído a partir do Sul – nomeadamente o Sul que fala português e castelhano – capaz de forjar novos instrumentos analíticos. Entre os conceitos

emergentes neste campo, o autor cita a Literatura-Mundo (p. 56). Esta noção, que se tem tornado mais atual desde a publicação do famoso “Manifesto para uma Literatura-Mundo” no *Le Monde* (2007), pode de facto ser heurísticamente estimulante; todavia, por surgir sem contextualização e sem aprofundamento no texto, não se torna visível em que medida e de que forma pode vir a ser útil no paradigma comparatista emergente defendido por Júnior.

Na área dos estudos pós-coloniais é atualmente consensual a necessidade de procurar modos não eurocêntricos de pensar o comparatismo, e concordar-se-á certamente com a seguinte observação do autor: o eurocentrismo tem-se perpetuado através de uma multiplicidade de referências, de representações, de estratégias, o que torna o pensamento alternativo da alternativa ao mesmo tempo estimulante e complexo. O risco, porém, reside na criação de uma dicotomia entre dois polos: a hegemonia do Ocidente, e, no Ocidente, a hegemonia de um centro branco, cristão e rico, por um lado, e um vasto campo dominado onde cabem todas as lutas pela emancipação. “Não podemos nos esquecer de que na Europa e nos Estados Unidos há numerosas comunidades marginalizadas, como os irlandeses, ciganos, negros, latino-americanos, judeus, muçulmanos, os habitantes das periferias, gays, lésbicas, etc. Foi nesse contexto situacional híbrido e de fricções que apareceram as obras de Frederic Jameson, Edward W. Said, Homi K. Bhabha e Stuart Hall, entre outros” (p. 57). Não se negará a presença de comunidades marginalizadas nos mundos que formam o Ocidente, mas seria necessário diferenciar e contextualizar os exemplos referidos. Senão, vejamos os seguintes exemplos: 1) a situação atual dos irlandeses afasta-se substancialmente da opressão que sofreram em épocas passadas às mãos do vizinho inglês; 2) os negros enfrentam problemas sociais diferenciados nos Estados Unidos e na Europa (e no seio desta última a situação difere bastante entre os vários países que a compõem); 3) a situação dos judeus também é muito complexa: antes de mais, seria necessário estabelecer uma diferença culturalmente significativa entre Asquenazes e Sefarditas; para além disso, é necessário situar as perseguições antisemitas no tempo histórico – se é verdade que o antisemitismo continua a existir por todo o continente europeu, dificilmente encontramos atualmente na Europa ocidental perseguições antisemitas por parte dos Estados como no passado. Ao agregar numa designação homogeneizante as comunidades marginalizadas referidas, Benjamin Abdala Júnior acaba também por tornar menos visíveis as tensões internas às comunidades em questão. Assim, a sociologia crítica recusa falar em “muçulmanos”, pois esta designação converge, pelo menos no discurso, com o modo como parte do espectro político encara e define os cidadãos de fé islâmica, ou seja, como um todo indiferenciado. Em países como a França, a Bélgica e a Alemanha, a

suposta comunidade não existe (se existisse, a organização nacional do culto não encontraria tantas dificuldades). O que existe realmente são cidadãos de origem turca, marroquina, argelina... que partilham, ou não, uma religião nas suas diversas variantes e uma relação com a religião que difere segundo as culturas de origem.

Na terceira contribuição, as próprias autoras admitem as aporias do seu texto na conclusão, a principal sendo o propósito, para que remete o título, de agregar num só texto “as culturas africanas”. O artigo pretende dar conta da riqueza do pensamento teórico oriundo das Áfricas e aponta, através da recensão a textos incontornáveis, vias para um olhar alternativo, nomeadamente sobre a História do continente. Pantoja e Thompson relembram o essencial: foram os próprios colonizadores que, com o seu mapeamento e a sua produção científica, produziram a ideia de um todo chamado África. Investigadores como V. Y. Mudimbe analisaram o que estes discursos significam, como dizem, ou pretendem dizer, a África. Pantoja e Thompson admitem assim as fraquezas e aporias do seu texto: “Como visto, definir com precisão os contornos das culturas africanas é tarefa impensável” (p. 89). Tal propósito só era pensável justamente na mente da epistemologia europeia pronta a generalizar ao nível do continente o que era observado num lugar em particular. Os autores admitem que as noções de negritude, resistência ou ainda nacionalismo devem ser “aprofundadas”. De facto, sem contextualização cultural e histórica, as noções em questão não permitem ao recetor perceber o seu papel fulcral no contexto descrito.

Na terceira secção, “África em linguagens”, os três primeiros textos incidem sobre as literaturas de Angola, Moçambique e Brasil e o quarto propõe um esboço de história da “Bantuística”. As contribuições de Ana Mafalda Leite e de Edvaldo A. Bergamo escolhem a opção comparatista, tratando-se, no primeiro texto, de um comparatismo no seio do mesmo sistema literário (Moçambique) e, no segundo, de um comparatismo de proximidade linguística (Brasil/Angola). Os dois estudos incidem sobre a prática do romance histórico escrito a partir do Sul, um Sul que repensa assim a História hegemónica a partir de outro lugar. Tal como apontam Leite e Bergamo, reescrever o passado colonial a partir da perspectiva de quem sofreu a violência do sistema e da situação coloniais tem consequências para este género literário, bem como para a própria historiografia. É sabido que o romance histórico contemporâneo pouco tem a ver com o do século XIX. Bergamo relembra que, a partir da segunda metade do século XX, o romance histórico reavalia o passado a partir de outros pontos de vista, carnaliza acontecimentos e pratica a paródia, questiona as narrativas hegemónicas, assim como o discurso histórico. “Ao retratar o passado, essa tipologia romanesca procura explorar os meandros negligenciados ou intencionalmente obscurecidos pela chamada história oficial, de orientação positivista, ou, ainda, intenta proceder à

humanização e reavaliação de importantes heróis que o mármore da história parecia haver esculpido em definitivo” (p. 111). Neste contexto, o que importa igualmente é perceber que este tipo de narrativa só faz sentido pela relação que tece com o presente, como sublinha Leite na sua comparação entre *Choriro* e *O outro pé da sereia*, pois ambos os romances “pretendem reconstruir uma memória do passado, mais ou menos remoto, na sua articulação com o presente” (p. 95). Neste caso, remetem para as heterogeneidades do contexto social de referência, para a sua diversidade linguística e cultural. Tanto no Brasil como em Moçambique e em Angola, o romance histórico vasculha o passado colonial para desvendar uma situação colonial, ela própria marcada pela ambiguidade, uma certa fluidez, um certo grau de autonomia por parte dos atores representados, como é o caso nos romances estudados por Bergamo, *Desmundo* e *A gloriosa família*. Ao encenar personagens de brancos que abandonam a cultura de origem para adotar uma outra, os romances que constituem o corpus de Leite também mostram que “o processo colonial não funcionou apenas numa direção, nem linearmente” (p. 104). De mesmo modo, Bergamo lembra que em *Pepetela* a situação colonial emergente na Luanda do século XVII é igualmente marcada pela miscigenação, ou seja, o escritor angolano “ênfatiza que o processo de assimilação e mestiçagem é o traço irrefreável do processo dialéctico da colonização europeia em território africano” (p. 120).

O romance histórico pós-colonial oriundo das Áfricas tem procurado questionar as origens de noções tão importantes como nação, Estado ou ainda História, bem como o pensamento eurocêntrico e as consequências das descolonizações, problematizando “o legado do processo de colonização europeia”, como lembra Bergamo (p. 113). Uma obra que tanto destaca a necessidade de estudar as Áfricas, de evidenciar a diversidade e a heterogeneidade das suas culturas e literaturas, quiçá tivesse sido o lugar para comparar não só no seio do mesmo sistema literário ou entre diferentes sistemas literários de língua portuguesa, mas igualmente entre línguas e tradições diferentes. A obra de Emmanuel Dongala (República do Congo), por exemplo, é apenas um entre muitos contrapontos interessantes, nomeadamente no seu romance *Le feu des origines*, pois ali percebemos o que aproxima na diferença tradições literárias distintas.

A qualidade dos contributos do volume não resolve a questão de alguma falta de coerência no todo. Para além disso, as expressões do título “África contemporânea” e “perspetivas interdisciplinares” criam certas expectativas que não se cumprem, pois, os vários estudos acabam por remeter para um conjunto muito restrito de países, Angola e Moçambique sobretudo. É inegável que o livro conseguiu mostrar a riqueza e a diversidade do colóquio que lhes está na origem. No entanto, como publicação, seria

de esperar que a interdisciplinaridade tivesse fomentado um maior diálogo crítico entre as suas partes e, assim, uma maior coerência no projeto final.

Fabrice Schurmans

CLAIRE JOUBERT (ORG.) (2014), *LE POSTCOLONIAL COMPARE, ANGLOPHONIE, FRANCOPHONIE*. SAINT-DENIS: PRESSES UNIVERSITAIRES DE VINCENNES, COLL. LITTERATURE HORS FRONTIERE, 288 P.

COMPARAR SOBRE A FRONTEIRA. PARA UMA ABORDAGEM PÓS-COLONIAL ÀS LITERATURAS DO SUL*

No prefácio, Émilienne Baneth-Nouailhetas e Claire Joubert abordam o projeto na origem do volume: o contexto político e epistemológico – a mundialização neoliberal, a desvalorização das ciências sociais e humanas em nome da sua suposta inutilidade e falta de cientificidade – determinou, em parte, o plano de retornar ao pós-colonial numa perspetiva comparada, com o objetivo de aprofundar o conhecimento da ligação entre colonização e mundialização, uma vez que a primeira continua a fazer sentir os seus efeitos no presente. Em todas as situações coloniais, o polo dominante tem tendência para afirmar a sua autoridade e o seu poder sobre um saber, uma epistemologia e uma língua, impostos ao polo dominado. Cabe a este último desenvolver estratégias de adaptação, escape e/ou rejeição perante o saber importado. Na relação colonial, avançam as autoras, “o 'mesmo' da língua sobrepõe-se ao 'outro' da história” (p. 6). Trata-se assim, ao longo do volume, de compreender as literaturas pós-coloniais na sua pluralidade, privilegiando a análise da relação entre conhecimento e poder, bem como leituras pluridisciplinares. “Trata-se de perturbar as habituais fronteiras entre disciplinas e epistemologias a fim de abrir um espaço para a energia criativa, significativa em termos históricos e políticos, da literatura.” (p. 7).

A primeira parte, “Os estudos pós-coloniais e a prova comparatista”, pretende lançar as bases teóricas de uma abordagem comparada das literaturas pós-coloniais. Robert Young reconstitui a história das denominações usadas para descrever as literaturas escritas em inglês fora do Reino Unido. O título do seu contributo é bastante revelador – “Literatura inglesa ou literaturas de língua inglesa” –, com a primeira denominação a remeter para uma conceção nacional (o Estado nacional unilingue), e a segunda a insistir na pluralidade de escritas contemporâneas em inglês. Foi sem

* Este texto resulta do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto “MEMOIRS – Children of Empires and European Postmemories”, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n.º 648624).